



ATA N.º 9

-----Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Álvaro José Pato Azedo Alegria** -----

----- **Vereadores:** ----- **José Maria Prazeres Pós-de-Mina**-----

----- **Lurdes da Conceição Pé-Curto Balola**-----

----- **André Albino Linhas Roxas**-----

----- **José Francisco Calado Banha**-----

----- **Ana Maria Charrama Farinho**-----

----- **Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.^a Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Célia Patrícia Perfeito Caraça. -----

-----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO** -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Aprovação da Ata referente à reunião ordinária pública da Câmara Municipal realizada a dezassete de janeiro de dois mil e dezoito. -----

-----**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

-----Protocolo de Cooperação celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Dignidade-----

-----Grupo Parlamentar do Partido Socialista - Projeto de Lei nº734/XIII - Aprova o regime da atividade de mediação na representação profissional de interesses. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Associação Nacional de Municípios Portugueses - Posição sobre a situação dos CTT enviada à Assembleia da República -----

-----DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO -----

-----010918 - Constituição de Fundos de Maneio para o ano de 2018 -----

-----DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -

-----020918 - Proposta - Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade e Adoção -----

-----030918 - Proposta - Despesas relativas às cauções de contratos de arrendamento - Moradores do Bairro do Carmo em Moura -----

-----040918 - Proposta - Programa relativo às Comemorações do Dia da Mulher -

-----050918 - Proposta - Atribuição de verba à Casa do Benfica em Moura -----

-----060918 - Proposta de nomeação de representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Moura-----

-----DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----070918 - Proposta - Revogação da nomeação de Diretor de Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra - Empreitada de Reabilitação do Bairro do Carmo em Moura -----

-----080918 - Proposta - Revogação da nomeação de Diretor de Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra - Empreitada de Reabilitação da Torre do Relógio em Amareleja -----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO, GESTÃO URBANÍSTICA, INVESTIMENTO E TURISMO -----

-----090918 - Proposta de designação de Comissão de Auditoria para a Classificação de Empreendimentos Turísticos no Espaço Rural -----

-----100918 - Proposta de Abertura de conta bancária a afetar ao Projeto Cofinanciado PESIM "Plano Educativo para o sucesso e inovação de Moura"-----



-----**PRESIDÊNCIA**-----
-----**110918** - Proposta de Atribuição de Verba à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moura - Veículo Tanque Tático Florestal-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Ao dar inicio a este período o Presidente da Câmara começou por dar conta da presença dos novos Chefes de Divisão da Câmara Municipal, que se encontravam a assistir à reunião e desejou-lhes votos de bom trabalho.-----

-----Avançou dando a palavra ao vereador André Linhas Roxas que iniciou a sua intervenção tendo parabenizado todos os Chefes de Divisão presentes, endereçando-lhes votos de um bom trabalho. Lamentou o facto de os vereadores da CDU não serem informados atempadamente das decisões do executivo, referindo-se entre outras à alteração dos convidados do "Mouralumni", do qual não foram informados. Referiu, ainda o facto de terem sido feitas alterações ao Regulamento dos Serviços Municipais após o envio do mesmo para a Assembleia Municipal de Moura, daí que solicitou explicações no sentido de saber quais as mesmas.-----

-----Em resposta o Presidente disse que houve um lapso dos serviços e que as alterações propostas ao teor do documento deveriam ter sido consideradas inicialmente, mas devido à escassez de tempo não foi possível rectifica-lo antes do envio para a Assembleia Municipal. Frisou, ainda, que as imprecisões existentes no documento não punham em causa a sua eficácia.-----

-----No uso da palavra o vereador José Maria Pós-de-Mina felicitou também os novos Chefes de Divisão presentes. No âmbito da discussão do Regulamento dos Serviços Municipais, observou o facto de aquando da discussão do Regulamento as questões levantadas pelos vereadores da CDU terem sido consideradas na versão final do documento, apesar dos vereadores não terem sido informados sobre quais as questões que foram consideradas, preveniu para o facto de que tal situação não deveria ocorrer, alertando ainda de que a versão final do documento, publicada em Diário da República não corresponde ao documento deliberado.-----

-----O Presidente explicou que não houve nenhuma intenção de faltar ao respeito aos vereadores da CDU, nem aos eleitos dos partidos com acento na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Assembleia Municipal de Moura, tratou-se da decisão de não retirar o documento da ordem de trabalhos. No que diz respeito à informação aos eleitos, referiu que tal seria levada em consideração.-----

-----Pedi a palavra o vereador André Linhas Roxas para lembrar que os vereadores aguardam resposta ao pedido de informação Nº3/2017 entregue no dia vinte e sete de outubro do ano transacto.-----

-----Em resposta o Presidente disse que estaria ainda a compilar informação para entregar a resposta por escrito aos vereadores da CDU, acrescentou que a questão não se encontrava esquecida.-----

-----O vereador José Maria Pós-de-Mina lembrou que o Regimento da Câmara Municipal, aprovado em reunião de Câmara estipula que, compete ao Presidente da Câmara dar resposta aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores no prazo de quinze dias, pelo que no caso de o Presidente não ter a informação solicitada teria de fazer chegar essa informação aos vereadores. Acrescentou que tendo solicitado o projecto e os pareceres das obras nos Paços do Concelho, caso o Presidente não tivesse ainda disponível esses elementos teria de lhes dar essa informação, porque aquilo que pretendiam, em relação a este assunto seriam respostas.-----

-----O vereador Manuel Bio iniciou a sua intervenção dirigindo-se aos Chefes de Divisão presentes para felicita-los e desejar votos de bom trabalho. No âmbito da questão colocada pelos vereadores da CDU, disse que, na sua opinião, a resposta dada aos vereadores tinha sido clara, de tal forma que até teria sugerido que reunissem com a técnica para que fossem respondidas todas as questões. Manifestou a sua estranheza por as dúvidas dos vereadores persistirem, pelo que possivelmente não tinham conseguido passar toda a informação ou os vereadores não tinham ficado satisfeitos com a mesma. Em sua opinião trata-se de uma questão de teimosia por parte dos vereadores da CDU em voltar a debater esse assunto. Concluiu que no momento não seria possível responder, por ainda se encontrar a ser reunida a informação, mas assim que tal fosse possível a mesma seria remetida à bancada da CDU.-----



-----O vereador José Maria Pós-de-Mina afirmou que o que seria de registar, após a intervenção do vereador Manuel Bio seria que a Câmara Municipal não dispõe de projecto nem de parecer da obra. Registou que até ao momento não lhes foi entregue projecto nem parecer da obra, e que oportunamente apresentarão uma posição sobre o assunto. Realçou não se tratar de uma questão de teimosia, apesar de considerarem que são persistentes e teimosos em relação ao que consideram correto, entendendo que a informação deve ser dada quando solicitada e não quando se entende fazê-lo. Acrescentou que a Câmara rege-se por um Regimento, que foi aprovado pelos presentes o qual não está a ser cumprido, no que diz respeito a esta matéria, sublinhou que enquanto o mesmo não for cumprido continuarão, por "teimosia" a reiterar o pedido efetuado.-----

-----O Presidente da Câmara interveio para responder que o direito à informação foi respeitado, e que o vereador Manuel Bio foi claro em relação à forma como o assunto foi encarado pelo executivo. Frisou ainda que lamentava o facto do vereador José Maria Pós-de-Mina não ter tido tanta atenção a esses assuntos enquanto Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O vereador Manuel Bio em resposta ao referido assunto disse que o Presidente da Câmara já transmitira o mais importante, mas acrescentou que entendia que a postura a seguir deveria ser sempre a mesma, independentemente da bancada que os vereadores estivessem a ocupar, lamentou o facto do vereador José Maria Pós-de-Mina apresentar os assuntos como critica ao órgão executivo. Assumiu a sua responsabilidade como vereador frisando que o assunto poderia ter sido tratado de outra forma, dado ter existido algum atraso no projeto, no entanto lamentou o facto de o vereador, no seu tempo enquanto Presidente da Câmara não ter sido tão rigoroso nestas matérias.-----

-----No sentido de clarificar qualquer dúvida ainda existente o Presidente da Câmara passou a palavra à Chefe da Divisão de Planeamento Gestão Urbanística, Investimento e Turismo, Maria José Lufinha que iniciou a sua intervenção esclarecendo que foi feito pelos serviços um estudo prévio, que foi concertado com o chefe de serviço da Direção Geral de Cultura. Algumas questões foram sendo aperfeiçoadas, aquelas que não teriam a ver com arquitetura, mas com a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

requalificação de um alçado já de *per si* completamente esventrado, nessa medida foi formalizada uma consulta ao abrigo do regime da reabilitação urbana, tendo sido emitido parecer favorável pela Direção Geral de Cultura, emitido pelo técnico e validado pelo Diretor Regional onde se encontrara plasmado no texto que a intervenção e projecto propostos contribuem para a requalificação do referido alçado. Foram sendo desenvolvidos os restantes elementos que a seu tempo serão presentes a reunião de Câmara para validação e verificação. A proposta terá em linha de conta, a remoção de equipamentos que terão sido colocadas na fachada e que necessitam de ser removidos. -----

----- O vereador José Maria Pós-de-Mina face às informações prestadas pela Chefe de Divisão salientou que os vereadores nunca teriam posto em causa a valia ou a qualidade da obra, aquilo que teriam sempre criticado seria a falta de informação em relação à mesma. Disse que considerando tudo o que foi dito pela chefe de divisão a situação seria bem mais grave, no que diz respeito à falta de informação prestada aos vereadores da CDU, em virtude de se confirmar que existiu um estudo prévio, um projecto e um parecer favorável, informação que os vereadores tem vindo a solicitar desde o mês de outubro e que o executivo dispunha e não facultou. Em relação aos comentários sobre o seu tempo enquanto Presidente da Câmara, disse nunca ter renegado o seu passado, salientou que muito se orgulha do seu trabalho e do trabalho que a CDU teria feito na Câmara Municipal, concluindo, que sempre assumiu os seus erros e já teria dado prova disso em reuniões anteriores, nomeadamente em correções a imprecisões que teria afirmado e que corrigiu. Finalizou em forma de registo que a gravidade da situação reside no facto da Câmara dispor da informação e não a facultar. -----

-----O Presidente da Câmara afirmou não entender o facto de persistirem as dúvidas dos vereadores após já terem reunido com a técnica, que lhes deu as mesmas informações que tinha repetido na presente reunião. Voltou, a reafirmar que logo que toda a informação esteja compilada será enviada aos vereadores da CDU. -

-----Novamente no uso da palavra o vereador José Maria Pós-de-Mina afirmou que após a reunião com a Dr.^a Maria José Lufinha, e numa intervenção do vereador André Linhas Roxas em reunião de Câmara voltaram e reiterar o pedido de



informação por escrito, apesar da reunião ter sido bastante esclarecedora, e de terem tido contacto com os documentos, esclarecendo que aquilo que pretendem continua a ser que lhes sejam fornecidos os todos elementos por escrito.-----

-----O vereador Manuel Bio para finalizar interveio para acrescentar uma informação adicional, referindo que tal como teria sido dito na primeira intervenção do dia, a informação estaria a ser compilada, acrescentou que faltaria apenas uma peça ao processo para responder por escrito à bancada da CDU. -----

-----Pedi a palavra a vereadora Ana Maria Farinho para apresentar um pedido de informação por escrito (Doc. N°01/2018), sobre a aplicação na Câmara Municipal de Moura, da Lei n°112/2017, de 29 de dezembro que estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários. (Documento que ficará a fazer parte integrante da ata) -----

-----Seguidamente, o vereador José Maria Pós-de-Mina apresentou o pedido de informação N°02/2018 que surge no seguimento da Informação N°1/2018 da DGF, subscrita pelo vereador José Banha, que contém uma listagem de situações, as quais solicitam que seja discriminado em cada caso a data da deliberação, do protocolo e fatura aplicável, bem como a indicação do cabimento e compromisso à data actual e da dívida actual de cada situação, e ainda informação sobre o valor em dívida à data de vinte e um de outubro de dois mil e dezassete e à actual data, relativamente à intervenção na cobertura da Igreja de Safara e pavimentações em Póvoa de São Miguel e Amareleja. (Documento que ficará a fazer parte integrante da ata.) Prosseguiu, explicando que se trataria de um pedido de informação complementar ao apresentado anteriormente, por o mesmo não ter sido respondido de forma discriminada. Acrescentou que nesse pedido de informação solicitavam, também cópia da troca de correspondência entre a Câmara Municipal e a Inspeção Geral das Finanças, sendo que só lhes foi remetido cópia do ofício enviado pela Câmara Municipal. Pelo que questionavam se teria havido resposta da IGF, algum contato entre entidades, e também qual o ponto da situação relativamente à inspeção solicitada pela Câmara Municipal de Moura,-----

-----Relativamente a essa questão o Presidente da Câmara esclareceu que até à data não teria havido mais nenhum contato, nem qualquer resposta da IGF. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O vereador André Linhas Roxas disse que passaria a ler uma declaração política subscrita pela Comissão Coordenadora Concelhia de Moura da CDU, sobre os trinta anos da elevação de Moura a cidade: -----

-----*“Em 1 de fevereiro de 1998 é publicado no Diário da República a lei que eleva Moura à categoria de cidade, fruto de um processo participado envolvendo as estruturas e as entidades locais, que deu origem a uma proposta apresentada por todos os deputados eleitos pelo círculo de Beja. -----*

-----*Moura foi elevada à categoria de cidade, há 30 anos, por reunir os requisitos legais para o efeito, nomeadamente o número de eleitores e dispor de um conjunto vasto de equipamentos, que foi sendo reforçado e ampliado ao longo destes anos. -----*

-----*A Comissão Coordenadora da CDU, não pode por isso deixar passar em branco o 30º aniversário deste ato, e ao mesmo tempo que lamenta que a Câmara Municipal de Moura, não tenha promovido qualquer iniciativa para assinalar a data, afirma a sua determinação em continuar a intervir para que a cidade e o concelho, disponham de mais e melhores equipamentos e de mais iniciativas quer no campo associativo e popular, quer no campo cultural, desportivo e social, quer a nível empresarial. O trabalho realizado ao longo destes anos, em que os mourenses se empenharam em construir uma cidade e um concelho cada vez melhores, tem de prosseguir.” -----*

-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO OITO DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA DIA DEZASSETE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO

-----Foi presente para aprovação a ata número oito da reunião ordinária pública da Câmara Municipal realizada dia dezassete de janeiro de dois mil e dezoito. -----



-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA NÚMERO OITO DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA DIA DEZASSETE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO**-----

-----**RESUMO DIÁRIO**-----

-----Foi presente resumo diário n.º 17, da Tesouraria, referente ao dia 30/01/2018, que regista um saldo de 138.802,57€, (cento e trinta e oito mil, oitocentos e dois euros e cinquenta e sete cêntimos), em Operações Orçamentais.---

-----**TOMADO CONHECIMENTO**-----

-----**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**-----

-----**Protocolo de Cooperação celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Dignitude**-----

-----Foi presente email enviado pelo Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Rui Solheiro, a dar conhecimento do protocolo subscrito com a Associação Dignitude.-----

-----Neste contexto o Presidente da Câmara realçou o facto de também a Associação de Nacional de Municípios Portugueses, ter reconhecido a importância do trabalho desenvolvido por esta associação ao juntar-se ao vasto leque de câmara municipais que também assinaram protocolo com esta entidade. Referiu ainda que, enquanto Presidente da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, teria sido o primeiro a assinar este protocolo no distrito de Beja e via com orgulho outras entidades que se tem juntado ao movimento em prol do benefício dos munícipes, tal como o Município de Moura que assinou recentemente o protocolo com a Associação Dignitude.-----

-----O vereador José Maria Pós-de-Mina interveio para citar o que foi dito pelo Presidente da ANMP, aquando da assinatura deste protocolo, acrescentou que a opinião vem de encontro às observações e à declaração apresentada pela CDU, quando foi aprovada a assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação Dignitude.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

TOMADO CONHECIMENTO

Grupo Parlamentar do Partido Socialista - Projeto de Lei nº734/XIII - Aprova o regime da atividade de mediação na representação profissional de interesses.

Foi presente email enviado pelo Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Rui Solheiro, solicitando a colaboração desta Câmara Municipal, a fim de habilitar a Associação a emitir parecer sobre os Projectos de Lei N.ºs 734 e 735 /XIII/3ª. (PS).

Em relação a este assunto o vereador André Linhas Roxas questionou o se a Câmara Municipal iria proceder tal como o solicitado, tendo o Presidente respondido que caso a Câmara Municipal se venha a pronunciar sobre o assunto essa informação chegaria ao conhecimento dos vereadores da CDU.

TOMADO CONHECIMENTO

Associação Nacional de Municípios Portugueses - Posição sobre a situação dos CTT enviada à Assembleia da República

Foi presente email remetido pelo Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, remetendo em anexo a pronuncia escrita da Associação, aprovada pelo Conselho Diretivo, sobre a situação dos CTT, enviada à Assembleia da República.

TOMADO CONHECIMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO

Constituição de Fundos de Maneio para o ano de 2018

010918

Foi presente proposta da Divisão de Gestão Financeira e Património, para a constituição dos Fundos de Maneio para pagamento de despesas urgentes e inadiáveis no ano económico de 2018.



-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A CONSTITUIÇÃO DOS
FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO DE 2018. -----

-----DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -

-----Proposta - Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade e Adoção -----

-----020918

-----No âmbito da Inclusão Social e da promoção de programas e medidas de desenvolvimento local e de incentivo à natalidade e adoção foi presente proposta da Divisão de Educação, Habitação e Desenvolvimento Social, para aprovação do Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade e Adoção e respectivas despesas.-----

-----Relativamente ao assunto em apreciação o vereador José Maria Pós-de-Mina disse que pretendia colocar algumas questões. Neste contexto disse estranhar em relação ao conteúdo da proposta, em primeiro lugar lamentou o fato de que num documento daquela natureza não conste qualquer informação e fundamentação técnica dos serviços, tal como dados e objectivos e não ter existido o cuidado de envolver a rede social numa prévia análise da matéria, como havia sido feito no que concerne ao protocolo assinado com a associação Dignidade. Frisou que entende haver uma decisão, um pouco autista por parte da vereação, no que diz respeito à apresentação das propostas. Solicitou ainda alguns esclarecimentos: reportando-se aquilo que no início do documento faz menção à diminuição da taxa de natalidade a nível do concelho de Moura, questionou qual seria essa taxa, e qual o número da diminuição. Mencionou que os últimos dados conhecidos relativamente a dois mil e dezasseis referem uma taxa de 9% no concelho de Moura enquanto a taxa de natalidade a nível nacional seria de 8,4%. Analisando estes dados conclui-se que a taxa de natalidade do Concelho de Moura estaria acima da média nacional e também da generalidade dos municípios do Alentejo, daí que gostaria que lhe fosse facultado o número desse declínio; no que diz respeito aos custos e benefícios das medidas propostas, pretendia uma informação concreta e objectiva, para saber que benefícios e que custos teriam sido ponderados em concreto. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O Presidente deu a palavra a vereadora Lurdes Balola que explicou que poderia responder posteriormente por escrito ao que lhe foi questionado, em virtude de não ter presente, todos os dados necessários. No que diz respeito à elaboração da proposta de Regulamento, foi articulada informação com algumas entidades da comunidade com o objectivo de analisar a realidade da sociedade, contributos esses que foram preciosos para a realização do documento.-----

-----Em resposta à questão colocada o Presidente esclareceu que os benefícios são largamente superiores aos custos, dado que os benefícios começam desde logo no apoio às famílias e continuam abrangendo o comércio local de todo o concelho onde terão de ser adquiridos os artigos. Referiu que o documento foi criado pelos funcionários da Câmara Municipal de Moura, com o envolvimento do executivo, o documento será fruto de um trabalho de equipa. Confirmou que toda a informação relativa a este assunto seria enviada por escrito aos vereadores da CDU.-----

-----Mais uma vez o vereador José Maria Pós-de-Mina lamentou o facto do presente executivo, remeter a resposta a questões colocadas para o futuro, lembrando que o mesmo teria acontecido quando foi discutido o Regulamento de Organização dos Serviços. Referiu que as respostas às questões colocadas seriam cruciais para uma decisão sobre a matéria em discussão. De forma a clarificar ainda mais a questão fez referência a que o índice da taxa de natalidade de dois mil e treze a dois mil e quinze foi no sentido ascendente, apesar de ter baixado no ano de dois mil e dezasseis a tendência foi de subida contrariamente ao que consta na proposta. Considerou, que deveriam ser feitos todos os estudos e as propostas ser devidamente fundamentadas. Prosseguiu dizendo que mais uma vez não estaria claro da forma como o Regulamento está construído se este pretendia ser um incentivo ou um apoio à natalidade ou até mesmo um apoio ao comércio local. Solicitou que lhes seja fornecida toda a informação sobre os indicadores que estiveram na base do estudo, para que possam fazer a sua avaliação. Sugeriu que essa documentação seja apresentada em reunião de camara e que acompanhe o Regulamento durante a consulta pública do mesmo, para que todos os interessados se possam pronunciar sobre o assunto. Concluiu que considera ser uma marca do actual executivo a falta de resposta atempada às questões colocadas.-----



-----Em resposta o Presidente da Câmara afirmou que não existem quaisquer dúvidas em relação ao Regulamento e ao seu objectivo, que seria principalmente auxiliar as famílias no nascimento de um filho, e com essa mesma medida apoiar o comércio do concelho de Moura. Finalizou dizendo que contaria com os contributos de todos, para se caso se justifique, melhorar o documento.-----

-----DELIBERADO POR MAIORIA DE QUATRO VOTOS A FAVOR, TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU APROVAR A PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO, E AINDA SUBMETER O MESMO A CONSULTA PUBLICA PELO PRAZO DE TRINTA DIAS.

-----Proposta - Despesas relativas às cauções de contratos de arrendamento - Moradores do Bairro do Carmo em Moura-----030918

-----Foi presente proposta da DEHDS, subscrita pela vereadora Lurdes Balola, para aprovação das despesas relativas às cauções de dois contratos de arrendamento temporário de habitação para os moradores do Bairro do Carmo durante o período de execução da obra de requalificação. -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR AS DESPESAS RELATIVAS ÀS CAUÇÕES DE DOIS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO PARA OS MORADORES DO BAIRRO DO CARMO DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO, NO VALOR DE 400,00€ (QUATROCENTOS EUROS).-----

-----Proposta - Programa relativo às Comemorações do Dia da Mulher-----

-----040918

-----No âmbito da Inclusão e Solidariedade e da promoção da igualdade de oportunidade e de género, foi presente proposta para aprovação do programa relativo às comemorações do Dia da Mulher e das respectivas despesas.-----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PROGRAMA RELATIVO ÀS COMEMORAÇÕES DO DIA DA MULHER E AINDA AS RESPECTIVAS DESPESAS NO VALOR DE 2500,00€ (DOIS MIL E QUINHENTOS EUROS). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----**Proposta - Atribuição de verba à Casa do Benfica em Moura**-----

-----050918

-----No seguimento da deliberação de vinte e três de agosto de dois mil e dezassete foi presente proposta para atribuição de verba à Casa do Benfica, distribuída por trinta e seis prestações mensais.-----

-----No uso da palavra o vereador José Maria Pó-de-Mina questionou o facto de a atribuição da verba à Casa do Benfica em Moura ser distribuída por trinta e seis prestações e ser entregue quando a nova sede já estaria em funcionamento. -----

-----O Presidente da Câmara respondeu que o vereador José Banha iria dar algumas explicações sobre o assunto, mas em primeiro gostaria de se pronunciar sobre o mesmo. Explicitou que a falta de dinheiro obrigou à distribuição da quantia em várias parcelas para poder cumprir o acordado. -----

-----O vereador José Banha interveio para explicar que em reunião com a colectividade ficou acordado a distribuição do valor em parcelas, devido à assumida dificuldade que a Câmara teria em disponibilizar a verba na totalidade. Dado terem conhecimento que existiria um empréstimo ao banco por parte da direcção da Casa do Benfica para fazer face à mudança de instalações, tal facilitaria a fracionalização da verba por parte da Câmara Municipal. Explicou que houve ainda uma tentativa de reduzir o valor para quinze mil euros, a distribuir em pagamentos mensais, o que se tornou inviável. Frisou que a necessidade de acordo de pagamentos mensais advém da obrigatoriedade de compromissos assumidos mensalmente pela Câmara Municipal e ainda algumas despesas inesperadas. Saliou que a Tesouraria da Câmara lida diariamente com dificuldades em gerir as despesas, mas esse facto não os impediria de cumprir os pagamentos acordados. -----

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE VERBA NO VALOR DE 20.000,00€ (VINTE MIL EUROS), DISTRIBUÍDOS POR TRINTA E SEIS PRESTAÇÕES MENSAIS, DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DA SEDE DA CASA DO BENFICA EM MOURA.** -----



-----Proposta de nomeação de representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Moura-----060918

-----Foi presente proposta, exarada na Informação Nº5/2018 da DEHDS, para nomeação de um representante do Município na CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Moura.-----

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR A NOMEAÇÃO DE PATRÍCIA PATO, COM FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, A AFETAR A MEIO TEMPO À COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MOURA, E AINDA A TÉCNICA SUPERIOR MARINA FIGUEIREDO COMO SUPLENTE.**-----

-----**DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**-----

-----Proposta - Revogação da nomeação de Diretor de Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra - Empreitada de Reabilitação do Bairro do Carmo em Moura-----070918

-----Foi presente proposta da Divisão de Obras e Serviços Urbanos, exarada na Informação Nº20/2018 no sentido de revogar a deliberação de 08/11/2017 e nomear como responsável pela Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra, da Empreitada de Reabilitação do Bairro do Carmo em Moura, a Empresa Progesteam Engineering.-----

-----O vereador José Maria Pós-de-Mina interveio para registar que apesar de concordar com a medida adoptada na proposta em discussão, uma das críticas constante aos executivos CDU teria sido precisamente a da medida em causa, referente à entrega de serviços a entidades exteriores à Câmara Municipal, pelo que afigura-se ter havido alguma mudança de opinião em relação a este assunto e ao próximo.-----

-----Em resposta o Presidente disse: “ *Senhor vereador muito obrigado pelo seu contributo mas lamento informá-lo que está redondamente enganado, em primeiro lugar porque estamos a falar de coisas distintas, não estamos a falar da criação de projectos, estamos a falar de fiscalização de obra. E no que toca à fiscalização de*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

obra e por termos uma estrutura técnica depraupadíssima que não nos permite muitas vezes fazer em casa muitos dos projectos que gostaríamos de fazer, obviamente temos de libertar as pessoas para as suas tarefas naturais no dia a dia, daí essa necessidade. Quanto à questão da fiscalização eu sou de opinião pessoal que tarefas como estas devem ser adjudicadas a entidades externas e que os técnicos da Câmara Municipal devem-se dedicar àquilo que sabem fazer melhor, que é o seu trabalho diário, a sua missão enquanto técnicos e há que salvaguardar todas as questões. Na relação com os empreiteiros, na relação do trabalho em obra penso que ficamos muito mais defendidos se tivermos este tipo de atitude e este tipo de comportamento do ponto de vista da Fiscalização e da Coordenação da Segurança em obra.” -----

-----O vereador José Maria Pós-de-Mina solicitou que a intervenção do Presidente ficasse integralmente registada em ata.-----

----- O vereador Manuel Bio, referiu que sempre foram críticos em relação às decisões do executivo CDU de “abusivamente” solicitar a entidades externas a realização de projectos, nunca em relação à adjudicação a entidades exteriores a Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra. Frisou que se for encontrada em atas alguma referência ao atrás referido, gostaria que a mesma fosse apresentada em reunião de câmara. -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR A REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 08/11/2017, EM QUE SE PROCEDE À NOMEAÇÃO DO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA, REFERENTE À EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO BAIRO DO CARMO EM MOURA, E NOMEAR OS TÉCNICOS MILTON GUALDINO E CRISTINA VALENTE DA EMPRESA PROGESTEAM ENGINEERING, COMO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA, COM EFEITOS RETROATIVOS A PARTIR DE 16/01/2018.-----

-----Proposta - Revogação da nomeação de Diretor de Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra - Empreitada de Reabilitação da Torre do Relógio em Amareleja -----080918



----- Foi presente proposta da Divisão de Obras e Serviços Urbanos, exarada na Informação Nº21/2018 no sentido de revogar a deliberação de 08/11/2017 e nomear como responsável pela Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra, da Empreitada de Reabilitação da Torre do Relógio em Amareleja, a Empresa Progesteam Engineering.-----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR A REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 08/11/2017, EM QUE SE PROCEDE À NOMEAÇÃO DO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA, REFERENTE À EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DA TORRE DO RELÓGIO EM AMARELEJA, E NOMEAR OS TÉCNICOS MILTON GUALDINO E CRISTINA VALENTE DA EMPRESA PROGESTEAM ENGINEERING, COMO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA, COM EFEITOS RETROATIVOS A PARTIR DE 16/01/2018.-----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO, GESTÃO URBANÍSTICA, INVESTIMENTO E TURISMO-----

-----Proposta de designação de Comissão de Auditoria para a Classificação de Empreendimentos Turísticos no Espaço Rural-----090918

-----Foi presente proposta, exarada na Informação Nº127/2017 da Divisão de Planeamento, Gestão Urbanística, Investimento e Turismo de 25/01/2018 de designação de Comissão de Auditoria para Classificação de Empreendimentos Turísticos no Espaço Rural.-----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR A DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE AUDITORIA PARA A CLASSIFICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NO ESPAÇO RURAL-----

-----Proposta de Abertura de conta bancária a afetar ao Projeto Cofinanciado PESIM "Plano Educativo para o sucesso e inovação de Moura" ---

-----100918



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Na sequência da aprovação do projecto cofinanciado "PE SIM"- Plano Educativo para sucesso e Inovação em Moura", foi presente proposta, exarada na Informação N°126/2018 da DPGUIT, para abertura de conta bancária para o Fundo Social Europeu (FSE), a afetar ao projecto, nos termos previstos do POCAAL. -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR A ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA A AFETAR AO PROJETO COFINANCIADO PESIM "PLANO EDUCATIVO PARA O SUCESSO E INOVAÇÃO DE MOURA" -----

-----PRESIDÊNCIA -----

-----Proposta de Atribuição de Verba à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moura - Veículo Tanque Tático Florestal -----

-----110918

-----No âmbito da Candidatura aprovada pelo POSEUR- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos, foi presente proposta de atribuição de verba à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moura, correspondente a 10% do valor elegível, para a aquisição de um veículo Tanque Tático Florestal. -----

-----No uso da palavra o vereador José Maria Pós-de-Mina questionou como essa verba seria paga à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moura referindo que não se encontra em anexo à proposta o enquadramento orçamental dessa proposta.-----

-----Em resposta ao vereador o Presidente explicou que o pagamento seria feito como muito sacrifício, mas apesar de tudo com muita vontade de ajudar esta entidade em virtude de se ter verificado que seria a única forma de lhes ser entregue a viatura e por existir uma data para pagamento da mesma. Referiu ainda que brevemente seria trazida ao conhecimento dos vereadores novidades na área da Protecção Civil no que diz respeito à cooperação da mesma com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moura. -----

-----Ainda neste âmbito o vereador José Banha esclareceu que o pagamento seria efectuado com dezasseis mil euros, dos vinte mil euros que a Câmara dispõe



até ao dia sete de fevereiro, em virtude de ser a data limite para o pagamento, na íntegra, da viatura, por parte da Associação, tal como consta na informação em anexo à proposta. Avançou na explicação, referindo que contrariamente à situação com a Casa do Benfica em que se poderia chegar a acordo do pagamento faseado da verba, o mesmo não aconteceria nesta situação, mas como se trataria de uma situação urgente e inadiável teria de assumir o pagamento na totalidade. Terminou questionando se teria respondido ao solicitado.-----

-----Em resposta o vereador José Maria Pós-de-Mina disse que o vereador José Banha teria respondido totalmente, no entanto gostaria de clarificar que em relação a esse assunto a resposta teria sido adequada, contrariamente ao assunto da atribuição de verba à Casa do Benfica, quando o vereador referiu que esta seria uma situação "urgente e inadiável". Avançou, referindo que quando se argumenta com o facto de "não haver dinheiro", acrescentou que dinheiro nunca iria haver devido às situações inesperadas que viriam a surgir. Mencionou que o que deveria ter sido assumido por parte do executivo, seria a prioridade de um assunto em relação ao outro. Sublinhou que os vereadores estariam de acordo com o facto de ser prioritária a situação dos Bombeiros, e frisou que tinha sido feito um trabalho notável nos últimos anos, pela CDU.-----

-----O Presidente clarificou que no passado dia vinte e seis de janeiro houve um pedido de reunião por parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários com carácter de urgência, seguidamente o pedido de apoio foi formalizado. Na situação da Casa do Benfica, compromisso assumido muito próximo das eleições autárquicas e que entende condicionam as decisões do presente executivo. Referiu que quando existe pouco dinheiro para gastar existe a necessidade de ser muito ponderado nas decisões. Frisou que não gostaria que ficasse a imagem de que não se pretendia apoiar a entidade Casa do Benfica, porque não a pretendiam prejudicar nem qualquer outra entidade do concelho. No entanto foi necessário prescindir do cumprimento dos objectivos diários, para, com muito orgulho, apoiar essa Associação que de outra forma não poderia adquirir a viatura. Tal como pretendem orgulhar-se, num futuro próximo da política da Proteção Cível no concelho, quando esta for mais eficaz e acima de tudo cumprir melhor os seus objectivos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O vereador José Maria Pós-de-Mina, justificou que apenas não concordavam com a forma como a resposta havia sido dada. Concluiu que estarão sempre de acordo com todos os apoios dados à Associação referida, até mesmo se o valor fosse o dobro aprovariam a atribuição da verba.-----

-----Concluindo, o vereador José Banha disse que não teria sido uma questão de prioridade mas sim de gestão dos casos, dado a situação da Casa do Benfica ter sido alvo de um estudo, enquanto, que a situação da viatura para os Bombeiros surgiu como uma data limite, para decisão. Mas explicou que a deliberação da Casa do Benfica definiu a atribuição da verba, mas não a forma de atribuição, contrariamente a outros contratos, nomeadamente o da pavimentação da Amareleja e da Póvoa, nos quais estavam definidos quais as verbas a atribuir e quais os dias de pagamento das mesmas, situação de incumprimento até meados de outubro.-----

-----O vereador José Maria Pós-de-Mina referiu que durante os próximos quatro anos os vereadores iriam estar a discutir esses mesmos assuntos, até porque considera que o Presidente e os vereadores do executivo irão ser confrontados com situações inesperadas, com outras que irão ter que realizar e apoios aos quais irão ter de dar resposta sem ter qualquer verba acautelada para o efeito, que disse ser o natural de uma autarquia local. Concluiu dizendo que a principal função e missão de uma Câmara Municipal é promover o desenvolvimento e dar resposta às necessidades das suas populações e dos diversos sectores, mesmo que por vezes seja necessário contrair dívida. -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA NO MONTANTE DE 16.614,50€ (DEZASSEIS MIL, SEISCENTOS E CATORZE EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS), PARA COMPARTICIPAÇÃO DO VALOR CORRESPONDENTE A 10% DO VALOR ELEGÍVEL, PARA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TANQUE TÁTICO FLORESTAL, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA APROVADA PELO POSEUR À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MOURA.-----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----No período reservado ao público, pediu a palavra a munícipe Marina Augusta Escoval Moita, residente e natural de Moura a qual iniciou a sua intervenção parabenizando a vereadora pela sua intervenção. Referiu que entregou um requerimento na Câmara Municipal sobre a precariedade dos funcionários na no município do qual não obteve resposta, reuniu também com o Presidente da Câmara no mesmo âmbito. Afirmou ter conhecimento da entrada de mais funcionários em sistema precário para a Câmara de Moura. Frisou que fez chegar essa informação à STAL, por considerar uma desconsideração com a sua pessoa por não ter sido também integrada nos serviços, tendo em conta que teria apresentado um requerimento em tempo útil. Considerou que enquanto funcionária do município foi violado o artigo 131º do Código do Trabalho, em virtude de nunca lhe ter sido proporcionado formação contínua, referindo que o município se encontra em débito com a sua pessoa em trinta e cinco horas. Dado a munícipe extravasar nas observações que fez seguidamente, referindo-se concretamente a pessoas e situações que nada tinham a ver com o âmbito do previsto no Regimento Municipal da Câmara para o período de intervenção do público o Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião.-----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ACTA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas e vinte e cinco minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 31 de janeiro de 2018

PRESIDENTE:

Álvaro J. J.

SECRETÁRIO:

João do Rosário Paulino